

Orientações Orientações para a Inclusão

Garantindo o Acesso
à Educação para Todos

UNESCO

Agradecimentos

Nos esforços da UNESCO para ajudar os países a fazer Planos Nacionais de Educação mais inclusiva, reconhecemos a falta de orientações facilitadoras deste importante processo. Por isso, a Equipa de Educação Inclusiva, começou a produzir esses instrumentos tão necessários. A elaboração deste manual, só por si, tem sido uma experiência de aprendizagem. Desde os primeiros passos da elaboração deste documento iniciou-se um diálogo com as pessoas envolvidas nesta área.. O documento “Orientações para a Inclusão: Assegurar o Acesso à Educação para Todos” é, assim, o resultado de opiniões construtivas e valiosas bem como da visão crítica das seguintes individualidades:

Anupam Ahuja, Mel Ainscow, Alphonsine Bouya-Aka Blet, Marlene Cruz, Kenneth Eklindh, Windyz Ferreira, Richard Halperin, Henricus Heijnen, Ngo Thu Huong, Hassan Keinan, Sohae Lee, Chu Shiu-Kee, Ragnhild Meisfjord, Darlene Perner, Abby Riddell, Sheldon Shaeffer, Noala Skinner, Sandy Taut, Jill Van den Brune-Balescut, Roselyn Wabuge Mwangi, Jamie Williams, Siri Wormnaes and Penélope Price.

Publicado em 2005
Pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
7, Place de Fontenoy, 75352 PARIS 07 SP

Composto e editado na UNESCO
UNESCO 2005
Editado em França

(ED-2004/WS/39 cld 17402)

Tradução de: Maria Adelaide Alves e Dinah Mendonça

Este relatório desenvolveu-se através de um processo de colaboração de elementos internos e externos, que incluiu um grande número de especialistas tanto do Sector de Educação da sede da UNESCO como do terreno, do Serviço de Supervisão Interna e do Gabinete de Planeamento Externo. Estas orientações foram também analisadas num Seminário Regional sobre Educação Inclusiva em Bangucoque. Um grande número de peritos dos países asiáticos da região do Pacífico deu testemunhos para um maior desenvolvimento. Finalmente, este documento foi apreciado pelo Comité da Direcção da “Flagship”¹ “O Direito à Educação para Pessoas com Deficiência: Rumo à Inclusão”. Este documento é uma resposta à necessidade de uma preocupação sistemática na identificação de grupos excluídos. Pretende-se que seja um “*documento vivo*” que sirva como um instrumento dinâmico de análise que será revisto nos próximos anos para mostrar a realidade das crianças marginalizadas e excluídas.

¹ Flaship é um grupo de pressão criado no âmbito da UNESCO, com elementos de diversos países, para fomentar o movimento da Educação Inclusiva (Ver www.unesco.org/education/efa)

Mais de um bilião de pessoas tem dificuldades resultantes de deficiência mental, física ou sensorial. Estes indivíduos ficam limitados por barreiras tanto físicas como sociais que os excluem da sociedade e os impedem de uma participação activa no desenvolvimento dos seus países. Aproximadamente 80 por cento da população com deficiência do mundo vive em países em vias de desenvolvimento. A chave para descobrir este potencial está na mentalidade dos homens; é através da educação e do respeito pelos direitos de todos os indivíduos que pode efectivamente verificar-se uma mudança.

Existem hoje cerca de 140 milhões de crianças que não vão à escola, sendo a maioria raparigas e crianças com deficiências. Entre elas, 90% vivem em países com rendimento médio mais baixo e 80% destas encontram-se em África. Há inúmeras outras dentro do sistema escolar sem receberem uma educação de qualidade. Quantas destas crianças que não frequentam a escola vivem no seu país? O que devemos fazer para termos a certeza de que estas crianças, que têm direito à educação, não são abandonadas? Este documento dá orientações e ideias para que os Planos Nacionais de Educação/ Educação para Todos (EPT) se tornem mais inclusivos com o objectivo de assegurar acesso e qualidade de educação para TODOS os alunos.

Pretende-se com este documento sistematizar a forma de planificar a educação para as crianças excluídas. Começa com uma breve introdução, que dá a perspectiva histórica sobre as origens da inclusão e descreve a transição da integração para a inclusão. Está, assim, dividido em três partes. A primeira contém a estrutura teórica. Define inclusão, explica de que forma ela se fundamenta na observância dos direitos humanos e de que forma se relaciona com os factores custos / benefícios. A segunda parte trata de aspectos mais práticos ligados às mudanças a nível escolar. Determina os elementos chave na mudança para a inclusão com especial enfoque para os principais intervenientes incluindo professores, pais e as entidades que definem a política educacional bem como os currícula. A terceira parte reúne as duas primeiras secções fornecendo meios para os serviços de planeamento e política educacional.

Estas orientações pretendem fornecer informação e conhecimento, ser um instrumento político para rever e formular planos de Educação para Todos (EPT) e servir como base para discussão entre políticos, educadores, ONGs e organizações internacionais com impacto na política tanto da educação pública como da privada e interessados em promover o acesso de TODOS os alunos.

Estas orientações são uma tentativa de desmistificar as noções acerca da inclusão e demonstrar que se podem conseguir alternativas através da disponibilidade para mudar atitudes relativamente à inclusão. Seguindo estas indicações, aqueles que aplicam e analisam os Planos Nacionais de Educação podem identificar lacunas e estratégias que os levem a tomar medidas para assegurar que a inclusão é conseguida nos seus sistemas educacionais e que todas as crianças têm acesso a uma educação de qualidade.

Introdução	6
1. Origens da Inclusão na Educação Especial: a Transição da Integração para a Inclusão	6
2. De que forma a Inclusão conduz à <i>Educação para Todos</i>	6
1. Porquê a Inclusão - Razões e Direitos	8
1. Inclusão na Educação um direito humano	9
2. Como se define a inclusão?	11
3. Inclusão - que relação tem com a qualidade?	14
4. Inclusão: Custos – Benefícios	15
2. Elementos chave para a transição para a inclusão - Meios e Recursos	17
1. Principais actores no apoio à inclusão – quem são eles ?	18
2. Atitudes e valores – de que forma podem afectar a inclusão?	19
3. Currículos acessíveis e flexíveis – de que forma podem ser essenciais para as escolas para todos?	23
4. Inclusão – dar possibilidade a Todos?	24
3 Educação Inclusiva e Educação para Todos	28
1. Instrumentos para executores de planos e políticas de educação - Reflexão e Reforma	29
2. Passos para a Ficha de Avaliação da Inclusão	30
3. Plano estratégico para a Inclusão – Quadro Matriz para a Inclusão	30
Ficha de Avaliação	31
Referências e leituras complementares	32

Introdução

1 Origens da Inclusão na Educação Especial: a Transição da Integração para a Inclusão

A Inclusão tal como a conhecemos hoje teve as suas origens na Educação Especial. O desenvolvimento no âmbito da Educação Especial envolveu uma série de etapas durante as quais os sistemas educativos experimentaram diferentes formas de dar resposta às crianças portadoras de deficiência e aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Nalguns casos, a Educação Especial foi ministrada como suplemento à educação em geral, noutras casos aconteceu inteiramente separada. Nos últimos anos, a forma de sistemas separados foi preterida, tanto pela perspectiva dos direitos humanos como do ponto de vista da eficácia.

As práticas de educação especial foram levadas para as escolas de ensino regular através de um método conhecido por “Integração”. O maior problema com a integração foi a passagem para o ensino regular não ter sido acompanhada por mudanças na organização das escolas, nos seus currículos e nas estratégias de ensino e aprendizagem. Esta falha de mudança organizacional provou ser uma das maiores barreiras à implementação de políticas de educação inclusiva. Uma reflexão aprofundada levou à redefinição de “necessidades educativas especiais”. Desta visão resulta que o progresso é mais provável se reconhecermos que as dificuldades que os alunos apresentam resultam da forma corrente de organização das escolas e de métodos de ensino muito rígidos. Ficou demonstrado que as escolas necessitam de ser reestruturadas e que a pedagogia precisa de ser desenvolvida de forma a responder positivamente à diversidade de alunos – olhando para as diferenças individuais não como problemas a ser encarados, mas como oportunidades para enriquecer o ensino.

2 Que relação tem a Inclusão com a Educação para Todos?

O tema da inclusão tem que se enquadrar num contexto mais alargado das discussões internacionais sobre a agenda das organizações das Nações Unidas para “Educação para Todos” (EPT), encorajada pela Declaração de Jomtien de 1990.

“A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na Educação de Crianças com Necessidades Educativas Especiais” (UNESCO 1994) estabelece um enquadramento que permite pensar na forma de desenvolver a política e a prática. Na verdade, esta Declaração e o Plano para Acção que a acompanha, é, indubitavelmente, o mais significativo documento internacional que algum dia apareceu em educação especial. Ele afirma que as escolas do ensino regular que têm uma orientação inclusiva são:

“... as formas mais eficientes de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos,”

Nos primeiros documentos sobre EPT, havia apenas uma menção simbólica a “necessidades educativas especiais”.

Isto foi gradualmente substituído pelo reconhecimento de que o tema inclusão deveria ser visto como o elemento essencial de todo o movimento EPT. Ao adoptar uma atitude de inclusão, não podemos, no entanto, perder de vista as suas origens no campo das necessidades especiais

assim como o facto de que as crianças portadoras de deficiência continuam a ser o maior grupo excluído da escola.

Educação para Todos significa assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação básica de qualidade. Isto implica criar condições nas escolas e nos programas da educação básica que possibilitem a aprendizagem de todas as crianças com mais ou menos capacidades. Essas condições devem proporcionar um ambiente inclusivo, eficaz para as crianças, simpático e acolhedor, saudável e protector. O desenvolvimento desse ambiente amigável de aprendizagem é uma parte essencial dos esforços de todos os países do mundo para melhorar a qualidade e desenvolver o acesso às suas escolas.

1. *Porquê a Inclusão?* – Razões & Direitos

A exclusão de uma participação significativa na vida económica, social, política e cultural das comunidades é um dos maiores problemas que as pessoas enfrentam hoje na nossa sociedade. Tais sociedades não são eficazes nem desejáveis.

Apesar de tentativas encorajadoras, há ainda um número estimado de 115-130 milhões de crianças que não frequentam a escola. Noventa por cento destas crianças vivem em países de baixo ou muito baixo rendimento médio e mais de oitenta milhões vivem em África.² Igualmente alarmante é o número incontável de outras crianças que, dentro do sistema escolar, são excluídas de uma educação de qualidade. Entre aquelas que se matriculam no 1º Ciclo, é muito elevado o número das que abandonam a escola sem completar a escolaridade básica.

As estratégias e os programas correntes não estão adaptados às necessidades das crianças e jovens vulneráveis à marginalização ou à exclusão. No passado, tomaram-se medidas que consistiam em programas especiais, instituições e professores especializados. A infeliz consequência de tal diferenciação, embora bem intencionada, levou muitas vezes a uma exclusão ainda maior.

Atingir a *Educação para Todos* e os *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* nos prazos marcados exigirá uma colaboração sem precedentes entre os parceiros de todos os sectores e de todas as instituições. A educação deve ser encarada como um factor facilitador do desenvolvimento e da funcionalidade de todos os seres humanos, livre de qualquer espécie de barreiras, físicas ou quaisquer outras. Por isso, uma incapacidade de qualquer espécie (física, social e/ou emocional) não pode ser um impedimento. Assim sendo, a inclusão exige que se adopte uma visão alargada da *Educação para Todos* que abranja o espectro de necessidades de todos os alunos, incluindo os que são vulneráveis à marginalização e à exclusão.

Alguns exemplos de grupos Marginalizados/Excluídos/ Vulneráveis:

Crianças abusadas	Crianças que trabalham
Crianças refugiadas ou deslocadas	Minorias linguísticas
Minorias religiosas	Migrantes
<i>Crianças portadoras de deficiências</i>	Crianças nómadas
Minorias étnicas	Órfãos de HIV (SIDA)
Crianças vítimas de pobreza	
<i>Crianças em zonas de conflito/crianças soldados</i>	

² Fórum Consultivo Internacional sobre a Educação para Todos, 2000.

1. Inclusão na Educação – um direito humano

A UNESCO vê a inclusão como *“uma forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades para enriquecer a aprendizagem.”*

Por isso, a mudança para a inclusão não é apenas uma modificação técnica e organizacional, mas também um movimento com uma filosofia clara. Para que a inclusão seja efectivamente implementada, os países precisam de definir um conjunto de princípios inclusivos simultaneamente com ideias práticas que facilitem a transição para políticas voltadas para a inclusão na educação. Os princípios de inclusão que estão expressos em várias declarações internacionais podem ser usados como uma base. Estes podem ser interpretados e adaptados ao contexto de cada país.

No cerne da educação inclusiva está o direito humano à educação, estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 que declara:

“Todos têm direito à educação... A educação deve ser gratuita, pelo menos nos níveis elementar e básico. A educação elementar deve ser obrigatória. A educação deve ser direccionada para o completo desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações, raças e grupos religiosos e assegurará as actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz” (art. 26 – Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Igualmente importantes são as disposições da Convenção dos Direitos da Criança (UN, 1989), tal como o direito das crianças à não discriminação, estabelecido nos artigos 2 e 23. O artigo 23 determina que as crianças com deficiências devem ter:

“acesso efectivo aos serviços de educação, treino, cuidados de saúde e reabilitação, preparação para o emprego e oportunidades de lazer de forma o mais possível conducente à integração social e ao desenvolvimento individual, incluindo o seu próprio desenvolvimento cultural e espiritual.” (Artigo 23)

O artigo 29 sobre “Objectivos da educação”, declara que o desenvolvimento educacional do indivíduo é o objectivo principal e que a educação deveria permitir às crianças atingir o seu máximo potencial em termos de capacidades cognitivas, emocionais e criativas. Além disso, a Convenção da UNESCO contra a discriminação na educação (1960) e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) são outros tratados internacionais sobre direitos humanos que não se limitam a enfatizar a proibição mas lutam pela eliminação da discriminação. A consequência lógica destes direitos é que todas as crianças têm o direito de receber o tipo de educação que não as discrimine em aspectos como casta, etnia, religião, condição económica, condição de refugiadas, língua, género, incapacidade, etc. e que sejam tomadas pelo Estado medidas específicas para implementar estes direitos em qualquer ambiente de aprendizagem.

Um tipo de educação baseado nestes direitos obedece a três princípios

- Acesso à educação gratuita e obrigatória
- Igualdade, inclusão e não discriminação
- Direito a uma educação de qualidade nos conteúdos e nas estratégias

A evolução para a inclusão implicou uma série de mudanças a nível social e da sala de aula que têm sido acompanhadas pela elaboração de numerosos instrumentos legais a nível

internacional. A inclusão tem sido implicitamente defendida desde a Declaração Universal de 1948 e tem sido referida em todas as ocasiões num grande número de Declarações e Convenções chave das Nações Unidas. (Como se pode ver na figura 1.1: A Estrutura dos Direitos para a Inclusão).

Entretanto há também importantes razões humanas, económicas, sociais e políticas para se prosseguir uma política e uma abordagem de educação inclusiva, visto que é também um meio de alargar o desenvolvimento pessoal e promover relações entre pessoas, grupos e nações. A Declaração de Salamanca e Enquadramento para a Acção (1994) afirma que:

“As escolas regulares com orientação inclusiva são o meio mais eficaz para combater a discriminação, criar comunidades receptivas, construir uma sociedade inclusiva e conseguir uma educação para todos.” (Declaração de Salamanca, Art. 2)

A Conferência Mundial de Jomtien sobre Educação para Todos (1990) estabelece a meta de Educação para Todos (EPT). A UNESCO, em conjunto com outros serviços das Nações Unidas, agências internacionais para o desenvolvimento e muitas organizações não-governamentais nacionais e internacionais, têm vindo a trabalhar para alcançar esta meta – juntando-se aos esforços feitos a nível nacional.

“Todas as crianças e jovens do mundo, com os seus pontos fortes e fracos, com as suas esperanças e expectativas, têm direito à educação. Não é o nosso sistema de educação que tem direito a certos tipos de crianças. Por isso, é o sistema escolar de cada país que deve adaptar-se para ir ao encontro das necessidades de todas as crianças.” (B. Lindqvist, Relator das UN, 1994)

Assim, é imperioso que as escolas e as autoridades locais assumam a responsabilidade de se certificarem de que este direito é implementado. Concretamente isto envolve:

- Iniciar debates sobre a forma como a comunidade compreende os direitos humanos;
- Promover a reflexão colectiva e identificar soluções práticas quanto à forma de fazer com que os Direitos Humanos sejam observados nos currículos escolares locais;
- Relacionar o movimento para os Direitos Humanos com o acesso à educação;
- Lançar as sementes para fomentar a protecção e fortalecer os seus laços a nível político;
- Incentivar a criação na comunidade de reuniões onde os assuntos relacionados com o acesso possam ser discutidos; e
- Desenvolver a relação comunidade/escola para identificar as crianças que não a frequentam assim como promover actividades que garantam que as crianças vão para a escola e aprendam.

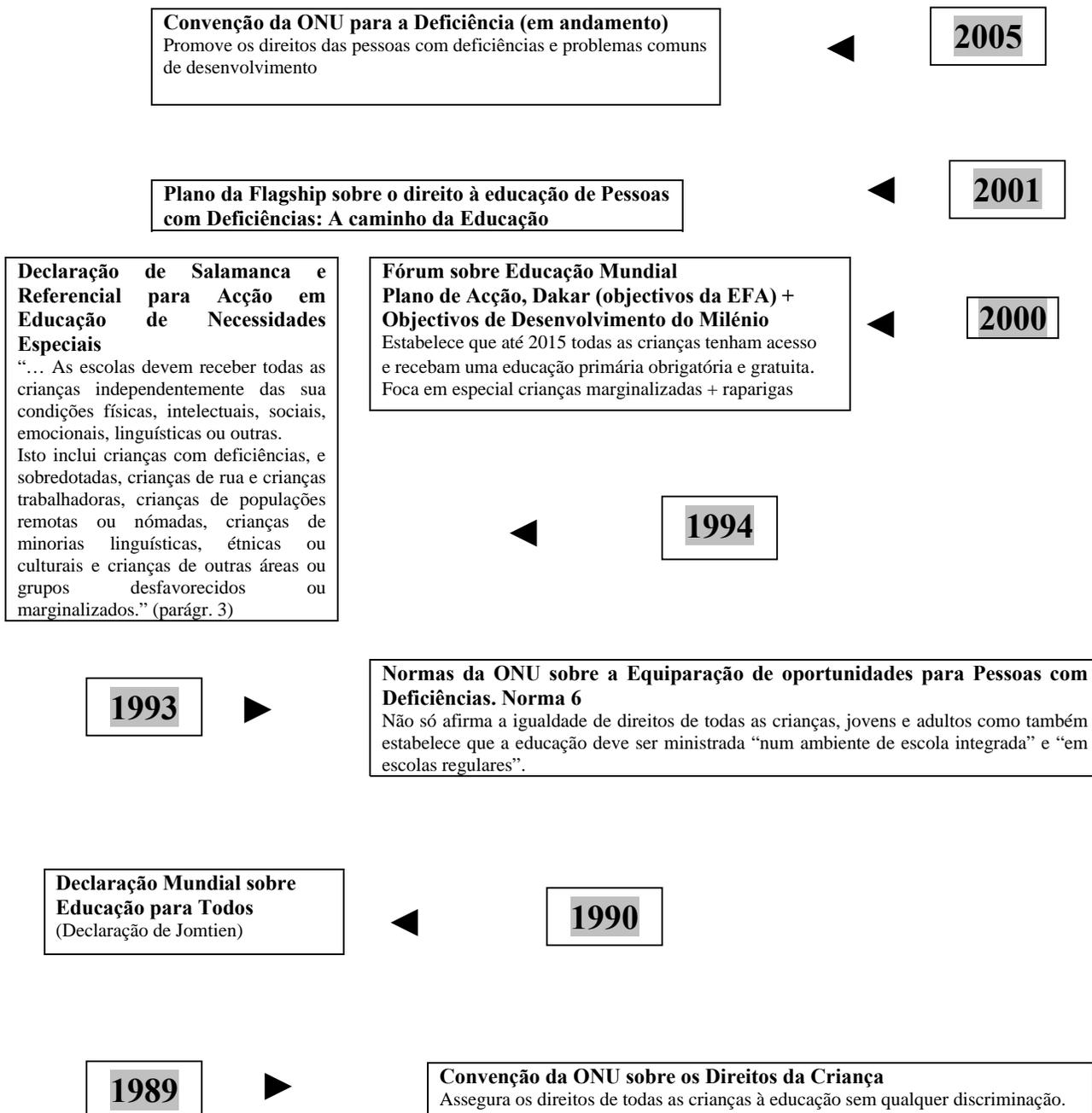
Além disso, recursos adequados devem estar de acordo com a vontade política e deve ser mantida uma pressão constante sobre os governos para cumprirem as suas obrigações. Em última análise, contudo, o sucesso será avaliado pela qualidade da educação básica ministrada a todos os alunos. Nos próximos capítulos discutiremos como se define inclusão e as medidas práticas necessárias para tornar a inclusão na educação uma realidade.

2. Como se define inclusão?

A inclusão é vista como um **processo** de atender e de dar resposta à diversidade de necessidades de todos os alunos através de uma participação cada vez maior na aprendizagem, culturas e comunidades, e reduzir a exclusão da educação e dentro da educação. Isso envolve

modificação de conteúdos, abordagens, estruturas e estratégias, com uma visão comum que abranja todas as crianças de um nível etário apropriado e a convicção de que educar todas as crianças é responsabilidade do sistema regular de ensino.

Figura 1.1: Evolução dos Direitos para a Inclusão



1948



Declaração Universal dos Direitos Humanos

Assegura o direito à educação elementar gratuita e obrigatória para todas as crianças.

A inclusão está relacionada com a implementação de respostas adequadas ao largo espectro de necessidades educativas dos alunos das escolas oficiais e não oficiais. Mais do que um ponto de debate sobre as condições para que os alunos estejam integrados no ensino regular, a educação inclusiva é uma perspectiva sobre a forma de transformar os sistemas educativos e outros espaços de aprendizagem de forma a responder à diversidade dos alunos. O seu objectivo é tornar possível que tanto os professores como os alunos se sintam bem com a diversidade e a vejam mais como um desafio e um enriquecimento dos espaços de aprendizagem do que como um problema. A inclusão dá prioridade à criação de oportunidades para uma igual participação de pessoas com incapacidades (físicas, sociais e/ou emocionais) sempre que possível na educação em geral, mas deixa aberta a possibilidade da decisão pessoal e da opção por acompanhamento e medidas especiais para os que delas precisarem.

Ao definir inclusão, é importante realçar os seguintes elementos:

A Inclusão ESTÁ interessada em:	A Inclusão NÃO ESTÁ interessada em:
Aceitar a diversidade	Reformar apenas a educação especial, mas sim reformar tanto o sistema de educação formal como o não formal
Beneficiar todos os alunos e não apenas os excluídos	Dar resposta apenas à diversidade, mas sim melhorar a qualidade da educação para todos
Admitir na escola as crianças que se possam sentir excluídas	Criar escolas especiais, mas sim proporcionar apoios adicionais para os alunos no sistema educativo regular
Promover igual acesso à educação ou tomar algumas medidas para certos grupos de crianças sem as excluir	Resolver apenas os problemas das crianças portadoras de deficiência
	Resolver os problemas de uma criança à custa de outra criança

Quatro elementos chave contribuíram, particularmente, para caracterizar a conceptualização da inclusão. Esses quatro elementos são os seguintes:

- *A Inclusão é um processo.* Isto significa que a inclusão tem que ser vista como uma procura sem limites para encontrar as melhores formas de responder à diversidade. Significa aprender a viver com a diferença e aprender a aprender com ela. Desta forma, as diferenças passam a ser vistas duma maneira mais positiva como um estímulo para encorajar a aprendizagem, entre crianças e adultos.
- *A Inclusão preocupa-se com a identificação e eliminação de barreiras.* Por isso, implica reunir, examinar e avaliar a informação proveniente de uma larga variedade de fontes antes de planear os melhoramentos em termos de política e de prática. Trata-se de usar vários tipos de evidência para estimular a criatividade e a resolução de problemas.
- *A Inclusão visa a presença, a participação e o sucesso de todos os estudantes.* Neste caso, “presença” está relacionada com o local onde as crianças são educadas, e com a eficácia e a pontualidade com que o fazem; “participação” refere-se à qualidade das suas experiências enquanto lá estão e, por isso, deve incluir o parecer dos próprios alunos; e “sucesso” tem a ver com os resultados de aprendizagem relativamente ao currículo, e não simplesmente com os resultados dos testes ou dos exames.
- *A Inclusão implica uma particular atenção aos grupos de alunos que possam estar em risco de marginalização, exclusão ou mau aproveitamento.* Isso mostra a responsabilidade moral de garantir que os grupos que, estatisticamente, estão mais “em risco” sejam cuidadosamente acompanhados, e que, quando necessário, sejam tomadas medidas para garantir a sua presença, participação e sucesso escolar no sistema educativo.

É importante realçar que deve existir uma visão holística do sistema educativo, incluindo o sistema público e o privado, quando se pensar adoptar um sistema inclusivo. A privatização da educação está a aumentar em todo o mundo. Está a tornar-se evidente que o sistema privado de educação, em muitos países, está a “competir” com o sistema oficial. Nalguns casos, as escolas oficiais estão a fechar, porque as crianças estão cada vez mais a frequentar escolas privadas. Esta tendência podia levar os responsáveis a, inconscientemente, planear a educação para as escolas onde se encontram as comunidades mais pobres; isso seria, inevitavelmente, contraproducente para a promoção dos princípios da inclusão. Além disso, em muitos países o sistema público é geralmente considerado inferior em termos de qualidade da educação ministrada em comparação com a das escolas privadas. Assim, as crianças mais pobres ficam geralmente limitadas ao sistema público. Por esse motivo, é imperativo que os responsáveis pela planificação da educação tenham em consideração tanto o sistema público como o privado de forma a satisfazerem realmente as necessidades de *todos* os alunos e combaterem a exclusão.

A mudança para a inclusão deve fazer-se gradualmente e deve basear-se em princípios claramente articulados que se dirijam ao desenvolvimento de todo o sistema. Se for necessário reduzir as barreiras, como veremos mais adiante neste documento, as pessoas que definem as políticas de educação, os educadores e outros intervenientes devem tomar medidas que envolvam todos os membros da comunidade local, incluindo os líderes políticos e religiosos, serviços locais de educação e os media. Algumas destas acções incluem:

- Mobilização da opinião
- Criação de consensos
- Promoção da análise da situação local
- Revisão da legislação
- Apoio a projectos locais

Em resumo, promover a inclusão significa desenvolver os modelos educacionais e sociais para estarem de acordo com as novas tendências de direcção e estruturas educativas. Implica

desenvolver conhecimentos, processos e ambientes encorajadores de aprendizagem tanto a nível do aluno no seu local de aprendizagem como a nível do próprio sistema que a apoia. A seguir veremos de que forma a inclusão e a qualidade estão relacionadas.

3. Inclusão – que relação tem com a qualidade?

De acordo com o Relatório de Observação Global de 2005 (2005 Global Monitoring Report), “A Educação deveria permitir às crianças atingir o seu máximo potencial em termos das suas capacidades cognitivas, emocionais e criativas.”

Uma viragem para a educação inclusiva é aquela que tenta seriamente promover a qualidade na sala de aula. Para se conseguir qualidade na educação são necessárias mudanças a vários níveis. A variedade e as diferenças entre as pessoas existem e são importantes na sociedade e devem reflectir-se nas escolas. As escolas deveriam ter capacidade para oferecer oportunidades para uma variedade de métodos de trabalho e de aprendizagem individualizada de forma a que nenhum aluno fosse obrigado a ficar de fora do convívio e da participação na escola.

Uma escola inclusiva para todos deve centrar-se na flexibilidade e na variação, tanto estruturalmente como a nível de conteúdos com o objectivo de dar a cada aluno uma educação relevante e oportunidades óptimas para o seu desenvolvimento.

As características de “uma escola para todos” incluem o exercício da flexibilidade de acordo com as capacidades individuais dos alunos, dando prioridade às suas necessidades e interesses. A escola para todos é, por isso, um local de aprendizagem coerente, mas diferenciado. Todos os conhecimentos e experiências acerca do desenvolvimento das crianças dizem que elas podem melhorar num ambiente onde a auto-estima e o auto-conceito são positivos e fortes, isto é, um ambiente onde a participação e a camaradagem existem e são claramente incentivadas.

Colocar o aluno no centro não significa que os alunos necessitem de ser ensinados separadamente para aprenderem os assuntos e os conteúdos escolares. Na organização da sala de aula podem ser feitas adaptações individuais. Além disso, os alunos podem apoiar-se uns aos outros de acordo com as suas capacidades e áreas fortes. Isso significa olhar para as diferenças como oportunidades de aprendizagem.

Todavia, a qualidade em educação é muitas vezes considerada e medida pelos resultados académicos obtidos pelos alunos através da realização com sucesso de exames finais e outras avaliações quantitativas. Nalguns casos, estabelecimentos privados de educação enfatizam o facto de proporcionarem boas infra estruturas, tecnologias e outras vantagens motivadoras de “conforto” para os estudantes. Estes tornam-se assim parâmetros de qualidade mais do que “conteúdo e valor” da educação. A qualidade, contudo, é mais do que isto e requer um sistema escolar onde todas as crianças sejam bem vindas e onde a diversidade e a flexibilidade sejam vistas como ingredientes importantes para o desenvolvimento e crescimento pessoal de todos os alunos. Os responsáveis pela política educativa devem ter em mente estes princípios quando promoverem discussões entre utentes e prestadores de serviços de forma a evitar disparidades na “qualidade” da educação nos sistemas públicas e privado.

Uma perspectiva inclusiva sobre a qualidade da educação interessa-se pela necessidade de assegurar que as oportunidades de aprendizagem contribuam para uma real inclusão individual e grupal no tecido mais vasto da sociedade. Educação com qualidade é por isso a que é inclusiva porque deseja a plena participação de todos os alunos. Aprendemos com as teorias construtiva e transaccional que a qualidade da aprendizagem pode ser melhorada pela diversidade dos estudantes envolvidos. As atitudes e a compreensão do professor são os veículos para a construção de uma sociedade inclusiva e participativa. Apostar na qualidade da educação para uma inclusão mais conseguida implica a definição de estratégias para ultrapassar ou eliminar as barreiras para uma completa participação dos indivíduos e dos grupos que sofrem de discriminação, marginalização e exclusão ou que são particularmente vulneráveis.

4. Inclusão: Custos - Benefícios

De acordo com um recente estudo do Banco Mundial e de um crescente grupo de pesquisa global, a Educação Inclusiva é não só eficiente mas também eficaz, relativamente aos custos e “a equidade é o caminho para a excelência”.³ Esta investigação estuda aspectos ligados ao aumento de conhecimentos e performance para todos os estudantes. Além disso, relativamente à educação, “os países estão a compreender cada vez melhor a falta de eficiência de múltiplos sistemas de administração, estruturas e serviços organizacionais e a opção financeiramente irrealista das escolas de educação especial”.⁴

Uma área na qual a eficácia pode ser aumentada para produzir resultados é no domínio da saúde da escola. A UNESCO com os seus parceiros, WHO, UNICEF e o Banco Mundial uniram forças para o desenvolvimento do FRESH⁵ iniciativa empenhada em despertar a consciência do sector da educação para a importância da implementação de programas de saúde, higiene e nutrição como uma das principais estratégias para atingir a Educação para Todos.

De acordo com recentes descobertas citadas pela iniciativa FRESH, como resultado das estratégias universais para a educação básica algumas das crianças menos afortunadas – as raparigas, os pobres do meio rural e as crianças portadoras de deficiência – estão pela primeira vez a ter acesso à escola. Contudo, a sua capacidade de frequentar a escola e de aprender está a ser prejudicada por falta de saúde. Estas são as crianças que mais beneficiarão com as intervenções ao nível da saúde e que, provavelmente mostrarão os maiores progressos na frequência e na aquisição de conhecimentos. Os programas de saúde escolar podem assim ajudar a modificar os efeitos das injustiças sócio-económicas e outras do mesmo género. “Também ajudam a criar ambientes de aprendizagem agradáveis que asseguram uma maior equidade e melhores resultados educacionais. Além disso, a ajuda dos programas de saúde escolar reúne os recursos dos centros de saúde, educação, nutrição e higiene numa única infra-estrutura – a escola – que já existindo no local se torna fiável e continuada. A eficácia deste sistema é mensurável não só em termos dos resultados na educação, redução de gastos, menos repetição mas geralmente em aumento de fundos no investimento educacional.

A educação inclusiva pretende melhorar os locais de aprendizagem assim como criar oportunidades para que todos os alunos sejam bem sucedidos nas suas actividades escolares. Uma série de recursos (tais como: materiais escolares, equipamento especial, pessoal auxiliar,

³ Skrtic OCDE, 1999 in Peters

⁴ Dyson & Forlin, in Peters

⁵ Focus Resources on School Health

novos métodos de ensino ou os outros alunos) podem servir de apoio na aprendizagem. “Apoio” depende de todos estes recursos e, principalmente, de todos os outros que o professor pode providenciar.

Os custos da educação são um tema crítico para todos os sistemas escolares, especialmente quando se quer criar condições de educação para todos os alunos. Muitas vezes colocam-se questões quanto aos custos da educação para os grupos tradicionalmente excluídos. É erradamente entendido como sendo dispendioso, quando muitas vezes bastam pequenos ajustamentos para dar resposta a todos os alunos. Além disso, há o risco de que, com a privatização, a educação se torne, cada vez mais, uma especulação “comercial”. Isto pode, por sua vez, levar ao “corte de custos” em áreas que são essenciais para o acesso generalizado à educação.

Se adoptarmos uma visão holística da sociedade, é mais relevante interrogarmo-nos sobre os custos para a sociedade quando ela não promove a educação para todas as crianças. Nesse contexto, torna-se claro que a solução com melhor relação custos/benefícios é a da oferta de educação para todas as crianças. A educação é a base fundamental da qual depende a sobrevivência da raça humana e o desenvolvimento das nações; é um investimento importante em que não se podem fazer concessões. Por isso, os sistemas necessitam ter em conta a diminuição de desperdício de recursos e a optimização da sua utilização para melhorar os resultados em vez de tomar medidas para diminuir os custos.

Um exemplo que ilustra isto é o de que as escolas com elevadas taxas de repetições muitas vezes falham, porque não actuam de forma preventiva, o que a longo prazo se torna ineficaz e caro. As quantias gastas pelas escolas com taxas elevadas de repetições em muitos casos seriam mais bem empregues se utilizadas para dar apoio adicional aos alunos que têm dificuldades de aprendizagem. Essas actividades preventivas podiam diminuir o número de repetições e ser menos dispendiosas do que os custos causados, por exemplo, pelos alunos que precisam de sete ou oito anos para completar um ciclo de educação de quatro ou cinco.

Um estudo recente intitulado, “Investir no Futuro: Financiar a Expansão das Oportunidades de Educação na América Latina e nas Caraíbas”, reflectia sobre o papel da repetição no número de anos necessários para a conclusão do ensino primário e secundário. Mostra que a repetição aumenta para mais de um quarto o número total de anos escolares no Brasil. Outros países onde a repetição contribui para um grande aumento do número total de anos escolares são o Uruguai (10,5%), a Costa Rica (8,7%) e o Peru (6,8%).

Essas repetições desnecessárias prejudicam os próprios alunos, que muitas vezes ficam para trás, abandonam a escola e necessitam de apoio adicional quando retomam os estudos. A repetição tem um impacto negativo nos alunos que podiam beneficiar de apoio adicional na sala de aula em vez de ter igualmente esse recurso, sem sucesso, ostensivamente para seu benefício.

Algumas medidas dispendiosas mas benéficas foram aplicadas em países com recursos escassos para implementar a educação inclusiva. Estas medidas incluem: a) modelos de formadores de formadores para o desenvolvimento profissional; b) articular as instituições onde os estudantes universitários fazem estágios com as escolas para as suas experiências clínicas; c) converter escolas de ensino especial em centros de recursos para transmitir conhecimentos e apoios a grupos de escolas regulares; d) aproveitar os conhecimentos dos pais e promover a articulação com os recursos da comunidade; e) tirar partido das próprias crianças para trabalhos de grupo.

Em resumo, promover a educação para todos os alunos nas escolas e oferecer apoio aos que encontrem maiores dificuldades reduziria o número de repetições e dos seus custos para as escolas e reduziria também, consideravelmente, os custos sociais que estes indivíduos representam ao longo da vida.

2 Elementos chave para a transição para a inclusão - Meios e Recursos

Introduzir a inclusão como uma directriz necessariamente requer mudança nos sistemas educativos, e este processo de mudança é frequentemente confrontado com vários desafios. Implica mudanças e alterações importantes tanto a nível dos sistemas como a nível social.

Para compreender a mudança a todos os níveis, é necessário compreendê-la nos vários pontos de vista. A forma como o professor, o aluno, os serviços de educação locais e nacionais vêem a mudança é fundamental para se compreender como é que os indivíduos e os grupos actuam e, realmente, interagem uns com os outros. Reformar o sistema educativo para se tornar inclusivo não significa apenas adoptar políticas recentemente desenvolvidas que vão ao encontro das necessidades de todos os alunos, mas significa também mudar a cultura da sala de aula, das escolas, das regiões e das universidades, etc. É importante verificar que estes processos de transição para a inclusão começam muitas vezes numa escala reduzida e implicam a ultrapassagem de alguns obstáculos, tais como:

- Valores e atitudes já existentes
- Falta de compreensão
- Falta de conhecimentos necessários
- Recursos limitados
- Organização desadequada

Aceitar a mudança é essencial para a aprendizagem. Isso significa que as escolas deviam fomentar a criação de locais onde os professores aprendam com a experiência da mesma maneira que eles esperam que os seus alunos aprendam com as tarefas e actividades nas quais estão envolvidos. Os professores que olham para si próprios como alunos dentro da sala de aula provavelmente terão mais sucesso na aprendizagem dos seus alunos. A sensibilidade que adquirem em consequência da reflexão sobre as suas próprias tentativas para conseguirem novas ideias e novas formas de trabalhar tem influência sobre a forma como lidam com as crianças nas suas classes.

Há vários elementos conceptuais que contribuem para uma mudança bem sucedida. Alguns desses elementos são:

- Clareza de objectivos
- Metas realistas

- Motivação
- Apoios
- Recursos
- Avaliação

Há vários níveis e dimensões no processo de mudança educacional, alguns dos quais não se conseguem atingir. “Os bons processos de mudança desenvolvem a confiança, a relevância e o desejo de se conseguir melhores resultados. Responsabilidade e desenvolvimento podem estar efectivamente interligados, mas isso requer grande cuidado”. Contudo, é importante reconhecer que alguns aspectos da mudança podem efectivamente ser avaliados. Essa avaliação inclui:

- Benefícios directos para as crianças
- Maior impacto nas políticas, práticas, ideias e convicções
- Maior participação das crianças
- Diminuição da discriminação (por exemplo em género, dificuldades, casta, minoria social, etc.)
- Acordos mais fortes e maior colaboração entre os vários ministérios, a nível nacional e regional e a nível da comunidade
- Desenvolvimento e fortalecimento do sistema educativo, da tecnologia e da pedagogia de forma a incluir todos os estudantes

Os capítulos seguintes falarão sobre algumas das barreiras e apoios à mudança. A base teórica e os exemplos que se seguem são úteis para se compreender a resistência à mudança quando se pretende implementar políticas e práticas de inclusão.

1. Principais actores no apoio à inclusão – quem são eles ?

Os professores, pais, comunidades, autoridades escolares, orientadores curriculares, escolas de formação de educadores e empresários na área da educação são alguns dos actores que podem funcionar como recursos valiosos no apoio à inclusão. Alguns deles (professores, pais e comunidades) são muito mais do que um recurso valioso; eles são os elementos chave para apoiar todos os aspectos do processo de inclusão. Isto implica o desejo de aceitar e promover a diversidade e tomar uma parte activa na vida dos alunos, tanto dentro como fora da escola. O melhor local de aprendizagem para a inclusão depende largamente do relacionamento entre os professores, os pais, os outros alunos e a sociedade. Idealmente, a verdadeira inclusão deve ser implementada tanto na escola como na sociedade em geral.

Contudo, só muito raramente existe essa simbiose entre a escola e a sociedade. Por isso, é ao professor do ensino regular que cabe a maior responsabilidade pelos alunos e pela sua aprendizagem no dia-a-dia. No entanto, é da responsabilidade do Ministério da Educação assegurar a elaboração, implementação e avaliação de programas centrados na criança e que tornem a escola acessível para todos. Os efeitos desses programas e os resultados da sua avaliação trarão novos incentivos e ideias para ensinar.

A discussão dos progressos e dificuldades de um aluno deveria envolver o aluno e os respectivos pais. Seja qual for o sucesso com que a criança é ensinada na escola, a participação da família, e nalguns casos da comunidade, é considerada indispensável se se pretende assegurar que aquilo que a criança aprende na escola é aplicado em casa e noutros locais onde decorre a sua vida diária.

Os membros da família e da comunidade podem ser recursos importantes – se informados, estimulados, responsabilizados e preparados de forma efectiva. Nunca serão desperdiçados os esforços para orientar e ajudar as famílias no trabalho necessário para apoiarem as suas crianças. Muitas vezes é um grande desafio conseguir a participação das famílias dos alunos mais marginalizados.

Numa escola do ensino primário em Durban, na África do Sul, os professores usam às avós como recurso para desenvolver a capacidade de leitura nas crianças. As avós foram treinadas para escutar a leitura das crianças e para as levar a interagir com os textos. Duas vezes por semana, vão à escola e trabalham com grupos de crianças no recreio ou debaixo de uma árvore. Isto contribui também para permitir aos professores trabalhar com outras crianças que estejam a mostrar dificuldades na aprendizagem e que possam precisar de apoio individual por parte do professor.

Fonte: Escolas Inclusivas e Programas de Apoio da Comunidade, UNESCO.

2. Atitudes e valores – de que forma podem afectar a inclusão?

Já se concluiu que as atitudes positivas dos professores relativamente à inclusão dependem fortemente da sua experiência com os alunos que são considerados como um “desafio”. A formação do professor, a possibilidade de apoio na sala de aula, o tamanho da classe e sobretudo a capacidade de trabalho são tudo factores que influenciam as atitudes dos professores. Alguns estudos revelaram que as atitudes negativas de professores e adultos (pais e outros membros da família) são o maior obstáculo à inclusão; as crianças não têm preconceitos até que os adultos os mostrem. Assim, optar pela inclusão como um princípio orientador para todas estas áreas terá implicações nas atitudes dos professores,

Os valores partilhados tornam possível a cooperação da mesma maneira que a falta deles torna difícil o trabalho em conjunto. Contudo, quando faltam os valores comuns, os interesses comuns, que os antecedem, podem substituí-los e muitas vezes na vida diária podem constituir uma força de progresso.⁶ A mudança de atitudes implica mudanças significativas nos conceitos e comportamentos. Entre outros factores, esta é a razão pela qual é tão difícil conseguir a mudança.

Um exemplo de uma primeira experiência bem sucedida de escola inclusiva foi a do projecto de Burkina Faso inserido nos “Programas de apoio às escolas inclusivas e `comunidade” o qual, de acordo com os envolvidos, contribuiu para tentar resolver o problema da educação de crianças com necessidades educativas especiais marginalizadas por demasiado tempo, bem como para mudar as atitudes relativamente a

⁶ Darnell e Hoem

estas crianças.” Criou-se uma nova atenção por parte dos pais e alunos. Os próprios alunos notaram essas mudanças. Um deles referiu que, “Ele tinha receio de se aproximar dos colegas com dificuldades intelectuais, porque se dizia que eles eram possuídos por espíritos e podiam contaminá-lo.” Agora, concluiu ele, Eu sei que não é verdade. Agora, trabalhamos e brincamos juntos e eu aprendi a compreendê-los, a gostar deles e a ajudá-los quando necessário.”

Fonte: Programas de Apoio às Escolas Inclusivas e à Comunidade, UNESCO

As atitudes negativas para com as diferenças e resultantes da discriminação e do preconceito social manifestam-se como um certo obstáculo à aprendizagem. Contudo é um obstáculo que pode ser ultrapassado através da prática da inclusão e não é necessariamente um mau presságio para o processo.

Há muitos mal-entendidos à volta da inclusão que muitas vezes funcionam como barreiras para que se dê uma viragem para a inclusão ao nível político e que serão discutidos em grande detalhe no último capítulo. Entre eles temos:

- A inclusão é cara
- Para implementar a inclusão é necessário, em primeiro lugar, mudar as atitudes da sociedade
- A inclusão é um conceito teórico positivo, mas não é prático
- A inclusão requer formação e capacidades especiais que são difíceis de desenvolver
- A inclusão é da responsabilidade do Ministério da Segurança Social e não do Ministério da Educação
- A inclusão é um assunto específico da deficiência

Ultrapassar estes mal-entendidos acerca da inclusão é um dos desafios para a mudança. Além disso, no processo de mudanças necessárias para introduzir a inclusão como um princípio orientador, podem ocorrer conflitos e discordâncias. Isto é inevitável e simultaneamente fundamental para uma transição bem sucedida. As pessoas envolvidas num processo de transição podem necessitar de alguma pressão para mudarem, mas a mudança só será real quando elas forem capazes de reagir e tomar as suas próprias posições no processo de mudança. Em muitos casos, as pessoas que definem as políticas de educação, os pais, os professores e outros intervenientes na escola precisam de compreender que a inclusão é um processo que requer mudanças tanto a nível do sistema educativo como a nível da própria escola. Isto é difícil de aceitar uma vez que implica o reajustamento de conceitos pré-existentes e pode ter múltiplas consequências práticas. “ Algumas mudanças muito profundas representam um risco quando compreendemos que estão envolvidas as concepções básicas das pessoas sobre o sistema educativo, isto é, a sua identidade ocupacional e sentido de competência.”⁷

O diagrama que aparece à frente representa as etapas de compreensão na transição para a inclusão. Demonstra que as atitudes da sociedade direccionam as acções, o nível de empenhamento e os serviços prestados aos grupos tradicionalmente excluídos. Contudo, este esquema é meramente um exemplo do processo geral, que pode diferir de país para país. (Ver a figura 2.2: Como compreender o processo de Inclusão)

Um exemplo disto na China, é o Projecto Golden Key, que promove a educação de deficientes visuais nas zonas rurais pobres. Para cada

⁷ Meisfjord, R

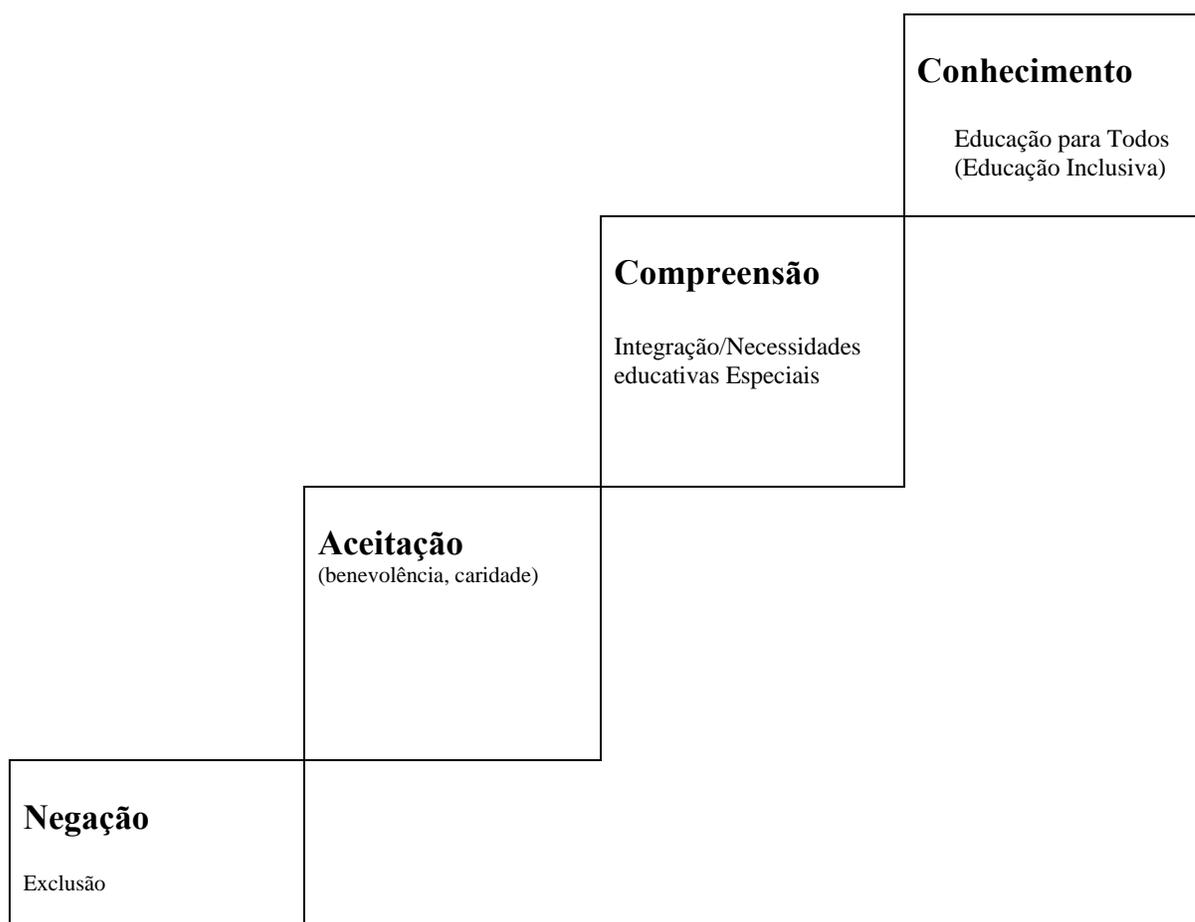
provincia, foi estabelecida uma rede de aconselhamento profissional que inclui um supervisor itinerante, um funcionário administrativo e um profissional de serviço social que são responsáveis pela ligação entre a escola e a comunidade e têm conseguido, com sucesso, mobilizar as forças vivas da comunidade para apoiar a inclusão. Inicialmente, houve resistência por parte dos membros da comunidade e dos professores que afirmaram não ter formação especializada nem equipamentos para lidar com aqueles alunos. Outros argumentaram que esses alunos iriam atrasar as suas classes e que os pais das outras crianças não ficariam satisfeitos quando soubessem que os seus filhos estavam em classes com essas crianças “diferentes”. Contudo, quando esta transição para a mudança foi ultrapassada, os professores reconheceram as vantagens para o local de aprendizagem assim como as implicações para a comunidade. Provavelmente, mesmo os habitantes mais cépticos se convenceram da importância das crianças cegas entrarem para a escola e ajudaram a apoiá-las reparando, voluntariamente, o caminho que elas usavam para ir para lá, desenvolvendo outros serviços de apoio.⁸

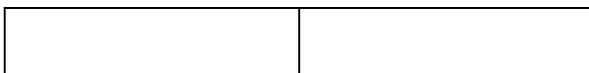
Fonte: Programas de Apoio às Escolas Inclusivas e À Comunidade, UNESCO

A implementação de sistemas mais inclusivos de educação é possível se as próprias escolas estiverem interessadas em se tornar mais inclusivas. O desenvolvimento de mecanismos facilitadores, tais como uma política nacional de inclusão, sistemas de apoio local e currículos e avaliação adequados, são importantes para que se crie o contexto certo para o desenvolvimento da inclusão. Esta traz importantes benefícios para todas as crianças e transforma as escolas em locais de aprendizagem mais ricos que encaram a diversidade como uma força positiva que deve ser reconhecida e celebrada. A inclusão produz escolas que se afastam da aprendizagem rotineira e dão maior ênfase à concretização e ao ensino baseado na experiência, na acção e na cooperação.

⁸ UNICEF, 2003, Inclusive Education Initiatives for Children with Disabilities: Lessons from East Asia and Pacific Region.

Figura 2.2: Compreendendo o Processo da Inclusão





Passos da Exclusão até à Inclusão

3. Currículos acessíveis e flexíveis – de que forma podem ser essenciais para as escolas para todos?

O trabalho da UNESCO sobre a qualidade e a importância da educação baseia-se na premissa de que a qualidade da educação e o desenvolvimento estão intimamente ligados. O conceito “Educação para Todos” questiona, por isso, a forma de ensinar de uma grande parte das escolas. Os professores muitas vezes mantêm as metodologias aprendidas nas suas próprias escolas.

De acordo com o Relatório EFA de 2005, “Uma forma de adoptar um conjunto de objectivos relevantes e equilibrados é analisar o currículo em termos de inclusão. Uma perspectiva inclusiva da política curricular reconhece que uma vez que todos os alunos têm dificuldades de vária ordem – e ainda mais isso se verifica em situações de vulnerabilidade e desvantagem – todos beneficiariam com uma educação básica com qualidade aceite por todos. No Reino Unido, o “Index for Inclusion”, apoiado pelo governo, identifica três graus de inclusão: criar culturas inclusivas, produzir políticas inclusivas e desenvolver práticas inclusivas.”^[1]

As escolas muitas vezes têm objectivos gerais comuns em relação ao que se deseja que os alunos aprendam. Uma perspectiva de inclusão procura desaconselhar um ensino que se baseia num critério da média, afirmando que alguns alunos não conseguirão aprender enquanto outros acharão “demasiado fácil” e considerarão o ensino aborrecido. Em vez disso, a “Educação para Todos” coloca o aluno no centro do ensino/aprendizagem baseando-se na apreciação das suas diferenças de compreensão, de sentimentos, de capacidades sociais e perceptivas, etc. Daí resulta que todos os alunos têm óptimas oportunidades de se tornarem motivados e interessados.

Currículos acessíveis e flexíveis podem servir como “chave” para criar “escolas para todos”. É importante que o currículo seja suficientemente flexível para permitir a possibilidade de adaptações às necessidades individuais e estimular os professores a procurar soluções que se adaptem às necessidades e capacidades de todos e cada um dos alunos.

^[1] Booth e Ainscow, 2000

Muitos currículos desejam que todos os alunos aprendam as mesmas coisas, ao mesmo tempo e utilizando os mesmos meios e métodos. Mas os alunos são diferentes e têm capacidades e dificuldades diversas.

Por isso, o currículo deve ter em consideração as várias necessidades dos alunos de forma a garantir “sucesso para todos”. Algumas das estratégias possíveis são:

- Dar uma margem de tempo flexível para os alunos estudarem determinados assuntos
- Dar maior liberdade aos professores para escolherem os seus métodos de trabalho
- Proporcionar aos professores a oportunidade de dar apoio especial em disciplinas práticas (por exemplo orientação e mobilidade) além dos períodos reservados para as disciplinas mais tradicionais
- Reservar tempo para apoio adicional ao trabalho da sala de aula
- Dar ênfase aos aspectos ligados ao treino pré-vocacional

Além disso, podem ainda ser dados alguns passos para tornar os currículos mais inclusivos. Devem considerar-se as seguintes questões:

- Que valores humanos estão a ser desenvolvidos através do currículo, promovendo a inclusão?
- Os direitos humanos e os direitos das crianças fazem parte do currículo? Referem-se à coexistência de direitos e responsabilidades, e como são ensinados?
- Os conteúdos do currículo são importantes para a vida e para o futuro das crianças?
- O currículo tem em consideração o género, a identidade cultural e a língua mãe das crianças?
- O currículo inclui educação ambiental?
- Os métodos de ensino são centrados nas crianças e interactivos?
- Como é que os resultados são registados/integrados na revisão do currículo?
- De que forma é que o currículo se relaciona com os sistemas de avaliação nacional?
- Até que ponto as autoridades da educação se responsabilizam pela verificação da sintonia entre a escola e as revisões e negociações curriculares?

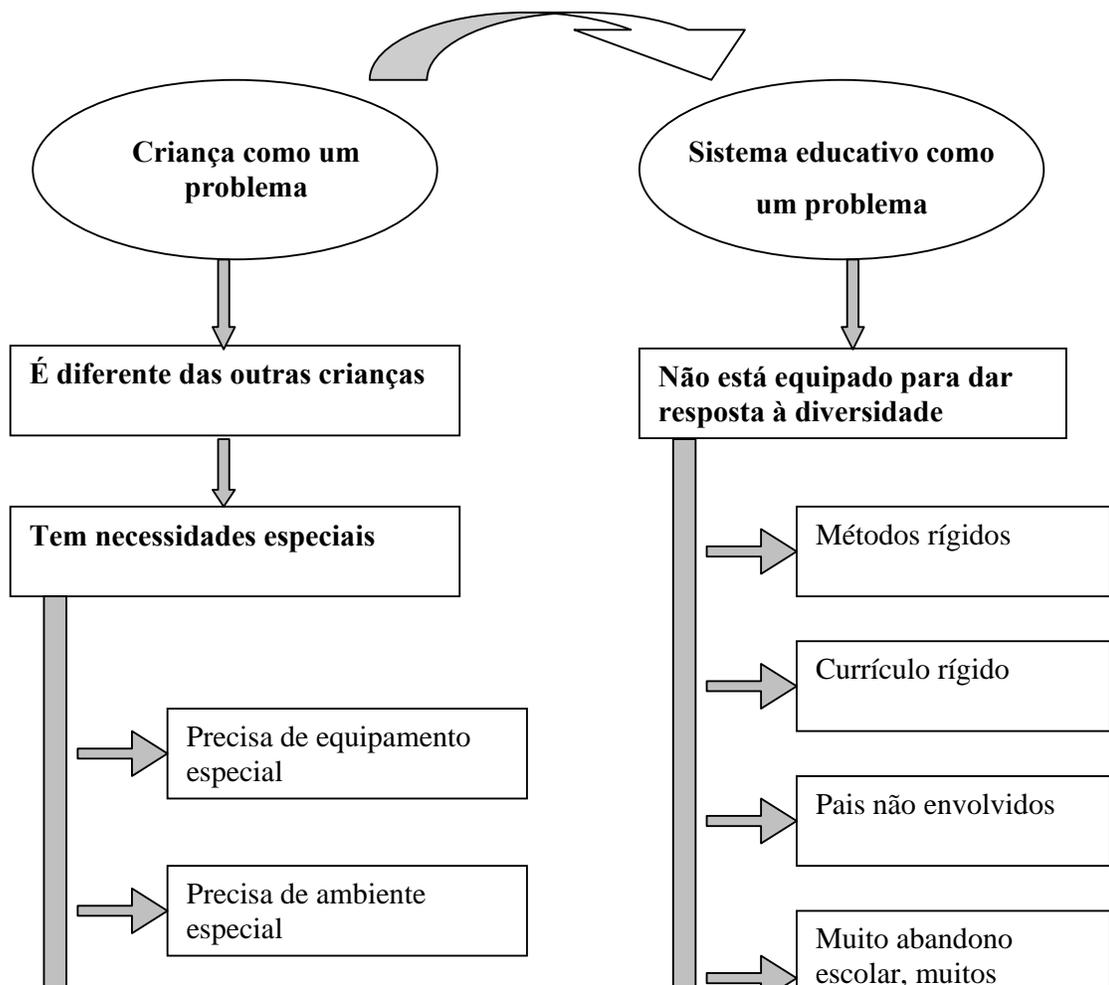
Conjuntamente com os currículos flexíveis, deveriam ser adoptadas metodologias de ensino/aprendizagem também flexíveis. Para que tudo isto se torne realidade são necessárias outras mudanças na política educativa incluindo a alteração da formação de professores longa, teórica e sem componente prática para uma formação contínua e em serviço. As escolas muitas vezes precisam de ser auxiliadas para modificarem os temas e métodos de trabalho, e isso devia fazer parte da formação especializada.

Olhar para a educação através de uma lente de inclusão implica deixar de ver a criança como um problema para passar a ver o sistema educativo como um problema. As opiniões iniciais que enfatizavam que a fonte de dificuldades da aprendizagem estava no aluno, ignoravam a influência do meio ambiente nessa mesma aprendizagem. Agora é fortemente sustentado que a reorganização das escolas regulares na comunidade, através do desenvolvimento da escola e com incidência na qualidade, garante que todas as crianças possam realmente aprender, mesmo as que estão sinalizadas como tendo necessidades especiais.

Ver a figura 3.1: A Educação através das Lentes da Inclusão

Figura 3.1: Educação vista pelo Prisma da Inclusão

Ver a educação pelo prisma da inclusão implica deixar de ver a criança como um problema para ver o sistema educativo como o problema que pode ser resolvido através de métodos inclusivos



Inclusão – aumentar a capacidade de TODOS?

De acordo com um relatório recente do Departamento para Deficientes do Banco Mundial (World Bank Disability Group), “ a Educação é largamente entendida como um meio para desenvolver o capital humano, para melhorar o desempenho económico e para aumentar as capacidades e as escolhas individuais de forma a gozar as liberdades da cidadania.”⁹ Neste contexto, por isso, possibilidade refere-se a “aquisição da consciência e das competências necessárias para aproveitar as oportunidades da própria vida. Significa facilitar a capacidade dos indivíduos (e dos grupos) para tomarem as suas próprias decisões e, mais do que tudo isto, para decidirem os seus próprios destinos”. Alguns teóricos da educação ligam o conceito à noção de Freire de “um esforço colectivo para uma vida sem opressão e sem exploração” e à declaração das “vozes” de alunos e professores de que pode contribuir em maior ou menor grau para a emancipação.¹⁰ Isto é o conceito de possibilidade implícito nestas orientações.

A transformação social requer auto-formação. O currículo pode constituir um instrumento para fomentar a tolerância e promover os direitos humanos. É o meio através do qual são transmitidos às crianças o respeito pela dignidade das pessoas e a consciência das responsabilidades enquanto cidadãos nacionais e globais. Este conhecimento pode ser uma ferramenta poderosa para ultrapassar as diferenças culturais, religiosas e outras e trazer vantagens para professores, alunos e restantes membros da sociedade.

Além disso, a educação é um importante veículo através do qual os adultos e as crianças económica e socialmente marginalizadas podem ter a possibilidade de mudar as suas oportunidades de vida e obter as condições para uma maior participação nas suas comunidades.

⁹ Peters, Susan.

¹⁰ Giroux, H.

A vantagem da inclusão relativamente à educação especial tem sido demonstrada a vários níveis. Estudos feitos, quer por países da OCDE quer fora da OCDE, indicam que os alunos portadores de deficiências conseguem melhores resultados escolares em locais inclusivos. A educação inclusiva também dá oportunidades para criar “redes sociais, normas de reciprocidade, assistência mútua e aumento de confiança”. As escolas especiais tendem a perpetuar a segregação das pessoas com deficiência, embora, para alunos com alguns tipos de incapacidades, possa ser mais apropriado o encaminhamento para escolas especiais de elevada qualidade do que a “inclusão” numa escola do ensino regular que não garanta uma significativa interacção entre alunos e profissionais. Outra opção é conciliar os dois sistemas, o inclusivo e o especializado, num “caminho geminado” no qual os pais e os alunos decidem se, inicialmente, querem optar por uma escola regular inclusiva ou por uma escola especial, ficando a educação inclusiva apenas como última solução.¹¹

Quando as comunidades podem garantir professores, directores e funcionários responsáveis pela inclusão de todas as crianças através dos mecanismos institucionais, os membros da comunidade ficam mais interessados no desenvolvimento da escola e com mais vontade de disponibilizar os seus próprios recursos para esse fim. Este empenhamento pode incluir a criação de parcerias com contribuintes externos. Segundo o Banco Mundial, “os programas que alargam o acesso dos grupos excluídos à educação têm levado a importantes mudanças de opinião entre os membros da comunidade e os dirigentes governamentais relativamente aos contributos que esses grupos podem dar à sociedade”.¹² É desta forma que os processos de mudança e desenvolvimento vão de mão em mão em direcção à inclusão para todos os alunos.

¹¹ Nordstrom, Ricchler, Magrab, Wormnacs (2004) in EFA Global Monitoring report, The Quality Imperative, 2005.

¹² World bank, 2004.

2. Educação Inclusiva e Educação para Todos

O Regulamento Para a Acção de Dakar (Dakar Framework For Action) reconhece as principais conferências sobre educação realizadas ao longo da década de 1990, como por exemplo a Conferência Mundial de Salamanca sobre Necessidades Educativas Especiais (Salamanca, Espanha, 1994), e incita a comunidade internacional a continuar a trabalhar para alcançar as metas estabelecidas (Dakar Framework for Action, § 4). O comentário alargado “Expanded Commentary on Dakar Framework for Action” descreve o conceito alargado de Educação para Todos. Este conceito precisa de ser adoptado para se alcançarem os objectivos do Dakar Framework for Action. Dá especial importância aos alunos que estão mais sujeitos à marginalização e à exclusão e identifica a Educação Inclusiva como uma das principais estratégias para acabar com esses problemas. “ O princípio fundamental da EPA (Educação Para Todos) é que todas as crianças deveriam ter oportunidade de aprender. O princípio fundamental da Educação Inclusiva é que todas as crianças deveriam ter oportunidade de aprender juntas.”¹³

É importante esclarecer que a Educação para Todos não implica, automaticamente, inclusão. A inclusão propriamente dita empenha-se principalmente em reformar as escolas e em assegurar que todas as crianças recebam uma educação adequada e de qualidade dentro dessas escolas. Neste aspecto, a inclusão é crítica quanto ao movimento da EPA, uma vez que sem ela, um grupo ou grupos de crianças são excluídas da educação. Assim, a EPA não pode por definição ser alcançada se essas crianças são excluídas. Tanto a EPA como a inclusão preconizam o acesso à educação, contudo, a inclusão deseja conseguir esse acesso sem que haja discriminação ou exclusão para qualquer indivíduo ou grupo dentro ou fora do sistema educativo.

¹³ Peters, Susan.

Para esse fim, é necessário que a inclusão seja a filosofia fundamental através dos vários programas para que a meta da “Educação para Todos” seja atingida. Por isso, a inclusão deve ser o princípio orientador para o relacionamento entre a UNESCO e outras agências com os governos e outros promotores de Educação para Todos.

O Director Geral da UNESCO, no seu discurso da 160ª Direcção Executiva, realçou a necessidade de adoptar, como parte integral de todos os programas da UNESCO, as necessidades especiais e urgentes dos grupos marginalizados e excluídos de forma a permitir que a Organização dê um contributo mais efectivo.

As acções da UNESCO para a promoção de experiências inclusivas na educação têm como objectivo:

- Planeando uma visão holística da educação que assegure que os interesses dos grupos marginalizados e excluídos sejam considerados em todas as actividades escolares, e cooperando para reduzir a dispendiosa repetição e fragmentação;
- Desenvolvendo formação para os decisores da política e do pessoal do sistema como suporte às diversas estratégias tendo em vista a educação inclusiva; e
- Dando prioridade aos interesses dos grupos habitualmente marginalizados e excluídos.

1. Instrumentos para executores de planos e políticas de educação – Reflexão e Reforma

Em conclusão, reflectimos sobre a definição de inclusão, sobre algumas razões e justificações para a sua implementação, bem como sobre alguns elementos chave na transição para a inclusão. Pedimos agora para reflectirem, em grande detalhe, sobre as perguntas que se seguem ao nível da política e da legislação antes de se comprometerem numa análise em profundidade dos planos educativos:

- Que políticas promovem a inclusão e quais as que a contrariam?
- Quais as barreiras existentes a nível de política educativa que podem constituir impedimento à prática da inclusão e como pode este assunto ser encarado?
- Como poderão ser elaboradas e seguidas algumas orientações adequadas para facilitar e evoluir para a inclusão?
- Que fazer para originar o debate e a discussão entre intervenientes relevantes de forma a promover a inclusão?
- Que mecanismos de orientação podem ser formulados e incluídos nos planos e nos objectivos definidos para atingir os fins em vista?

Há alguns indicadores que podem revelar se o sistema educativo de uma determinada escola está no caminho certo para evoluir para a inclusão. O Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva dirigiu e aperfeiçoou o *Index for Inclusive Schooling*. O Índice toma como ponto de partida o modelo social da deficiência, baseia-se numa boa prática e orienta o trabalho do Index

em volta de um ciclo de actividades que guiam as escolas através de fases de preparação, investigação, desenvolvimento e avaliação.¹⁴

Index para a Educação Inclusiva

- 1.1 Os alunos são chamados a tomar parte em todos os assuntos e actividades
- 1.2. O ensino e aprendizagem são planificados tendo em mente todos os alunos
- 1.3 O currículo fomenta a compreensão e o respeito pelas diferenças
- 1.4 Durante as aulas todos os alunos participam
- 1.5 Recorre-se a uma grande variedade de formas de ensino e estratégias
- 1.6 Os alunos sentem que têm sucesso na aprendizagem
- 1.7 O currículo procura desenvolver a compreensão das diferentes culturas
- 1.8 Os alunos tomam parte nos sistemas de avaliação e acreditação
- 1.9 As dificuldades de aprendizagem são vistas como oportunidades para o desenvolvimento da prática

A ficha de avaliação e as matrizes que se seguem têm a intenção de facilitar o processo de identificação de falhas e consequentes estratégias para colmatar essas falhas e avançar para a inclusão.

2. Passos para a Ficha de Avaliação da Inclusão

As perguntas seguintes podem ser usadas como uma ficha de avaliação para promover a incorporação de características de inclusão nos Planos Nacionais de Educação. As respostas servem como fundo quando for feita a análise do estado do Plano Nacional e o seu nível de inclusão. As conclusões podem ser usadas em discussões com as autoridades responsáveis pela educação. Além disso, deviam ser usadas como orientações para possíveis desenvolvimentos dos Planos Nacionais de Educação.

Os resultados deviam servir como recurso para a identificação das necessidades de formação para a Educação Inclusiva.

As perguntas foram “agrupadas” segundo dois critérios para proporcionar uma estrutura para a análise dos Planos Nacionais de Educação/ Educação para Todos. Se o plano ainda está em forma de esboço, então a resposta à ficha de avaliação pode proporcionar algumas pistas sobre áreas que precisam de ser mais elaboradas de forma a tornar os planos mais inclusivos. Se o plano já está concluído, as respostas a estas perguntas podem servir como orientação para o aperfeiçoar com base na adopção de medidas que possam ter sido omitidas durante o processo inicial de planeamento.

¹⁴ Centre for Studies in Inclusive Education (2003). Index for Inclusion: developing learning and participation in schools. CSIE web-site <http://inclusion.uwe.ac.uk/csie/indexlaunch.htm>

3. Plano estratégico para a Inclusão – Quadro Matriz para a Inclusão

O quadro que se segue às perguntas da ficha de avaliação é considerado como um instrumento para ajudar a identificar e analisar a situação existente incluindo os pontos fortes (como por exemplo, disponibilidade de recursos que habitualmente são necessários para a inclusão, declarações sobre inclusão no Plano Nacional/EPT) e pontos fracos (como por exemplo, necessidade de recursos para apoiar a inclusão, desafios que necessitam de ser ultrapassados, falhas no seu Plano ou no sistema educativo relacionadas com a transição para a inclusão).

:

Ficha de Avaliação

A. Análise da situação

1. Têm-se feito estudos, análises baseadas nas necessidades, etc. para identificar e responder às necessidades e desafios das crianças que estão fora da educação ou que se encontram em risco de abandono escolar? Nesse caso, quais foram as conclusões?
2. Estão a ser tomadas medidas relativamente à recolha de dados, indicadores e estatísticas para se avaliar a quantidade de crianças marginalizadas e excluídas no país?

3. Que adaptações são feitas no ensino para se assegurar o acesso das crianças com deficiências e das minorias étnicas e linguísticas?
4. Que possibilidade existe de se promover e desenvolver o envolvimento a nível da comunidade (por ex. iniciativas de CBR, C-EMIS, ECCD)?

B. Política, metas, objetivos

1. Quais são os principais programas de acção para os grupos marginalizados/excluídos/vulneráveis? Há alguma referência específica a grupos particulares? Há planos especiais para crianças com deficiências e para outros grupos?
2. Há políticas/programas/estratégias específicas para se identificar crianças fora da escola e proporcionar rapidez de intervenção e /ou uma segunda oportunidade educativa? Há estratégias específicas com base na família para apoio financeiro e emocional?
3. Que ligações existem entre a educação formal e a não formal nos planos/programas para mais educação inclusiva?
4. As políticas educativas existentes favorecem determinados grupos em prejuízo de grupos marginalizados? Se assim é, como? Isso cria obstáculos à inclusão?
5. Há alguma medida do governo relativamente a grupos excluídos? Estão especificados alguns grupos particulares?
6. Há alguma medida política relativamente à língua da instrução?
7. Há linguagem com conotações negativas em relação a grupos excluídos/marginalizados? Se isso acontece, como é que se pode mudar?
8. Que prioridades estão reflectidas nos objetivos de educação do país? Estas prioridades estimulam ou desencorajam a inclusão?
9. O plano inclui cláusulas ou medidas referentes ao acesso ao currículo de todos os alunos?
10. O plano inclui cláusulas ou medidas referentes ao acesso físico à escola de todos os alunos?
11. Há referência às declarações da ONU, de Salamanca, ao Plano de Acção de Dakar? À Convenção dos Direitos da Criança?
12. Há referências feitas à qualidade da/na educação?
13. O plano contempla os requisitos de qualidade e de competência dos professores relativamente à inclusão?

14. Quais são os principais objectivos e metas para a educação descritos no plano? O plano faz referência aos objectivos de Desenvolvimento da EFA e/ou do Milénio?

C. Implementação

1. Quem são os parceiros/responsáveis pelos serviços na educação (outros Ministérios, privados)? A responsabilidade da educação para certas categorias de crianças cabe a outros Ministérios?
2. Como devem ser divididos os custos da educação? Os pais/a família têm que assumir custos directos e/ou indirectos relativamente ao processo educativo dos seus filhos?
3. A educação é considerada como um Direito para todas as crianças? Há mecanismos para assegurar o cumprimento deste direito? Há um supervisor ou um mecanismo para a implementação dos Direitos da Criança?
4. O currículo é suficientemente flexível para permitir uma adaptação apropriada? Aliena certos grupos sociais e culturais? Permite progressão e acreditação para todos os alunos?
5. Os planos reflectem preparação para tratar de desastres ou acontecimentos que afectem o acesso à educação?

D. Monitorização e avaliação

- a. Há dados sobre todas as crianças que permitam identificar aquelas que não estão a frequentar a escola?
- b. Há mecanismos para identificar crianças que já estão nas escolas mas estão excluídas de uma educação de qualidade?
- c. O plano estabelece um mecanismo de escola-comunidade para identificar as crianças que não se encontram nas escolas e estão estabelecidas maneiras de assegurar que elas se inscrevam e aprendam? As crianças são encorajadas a identificar colegas na comunidade que não estejam na escola?
- d. Os planos discutem flexibilidade nos procedimentos de avaliação da aprendizagem?

E. Desenvolvimento de capacidades/envolvimento das partes interessadas/participação

- a. Que participantes (pais, alunos, responsáveis, etc.) foram consultados na elaboração do plano?
- b. Em que medida é que as conferências internacionais, a pesquisa, etc. contribuem para as políticas e a programação?
- c. Como é que se espera que os pais/comunidades se envolvam? Até que ponto é que os pais/comunidades são apoiados, como e por quem?
- d. Há estratégias/materiais de mobilização e de comunicação para apoiar e consciencializar as pessoas para a inclusão?
- e. Que recursos estão disponíveis para planos/programas no que respeita a inclusão? (Que outras fontes de apoio há para a educação (sector privado, comunidade, bilaterais, etc.)?)
- f. A participação dos alunos e a aprendizagem cooperativa são encorajadas?

MATRIZ DO PLANO

Índices de Inclusão	Análise da Situação Qual é a situação actual?	Metas de Política, Objectivos	Implementação Como é vai ser realizada a a acção e por quem?	Monitorizando a avaliação Que informação se deve recolher, e como se sabe o que foi atingido?
Referências à Educação inclusiva nos Planos nacionais da EPT				
Referências a grupos vulneráveis/marginalizados/excluídos. Referências específicas a crianças				

com deficiências?				
Ligação com Estruturas de Programação Nacional (CCA-UNDAF, PRSPs) e outros meios a nível do sector				
Legislação e Princípios Orientadores				
Infraestruturas físicas, transporte e ajudas.				
Formação				

Índices de Inclusão	Análise da Situação Qual é a situação actual?	Metas de Política, Objectivos	Implementação Como é vai ser realizada a a acção e por quem?	Monitorizando a avaliação Que informação se deve recolher, e como se sabe o que foi atingido?
Actividades				
Desenvolvimento Curricular				
Actividades adicionais que apoiam a inclusão (seminários, formação, campanhas de sensibilização, materiais)				

Legislação e Princípios Orientadores				
Tratados Internacionais, instrumentos, etc. (Em que medida são reconhecidos?)				
Educação comunitária e não formal (Quais as ligações com a educação formal?)				
Exames, Avaliação (de alunos e professores).				

Anexo 1

Metas da EPT

Metas para Educação para TODOS

1. Expandir e melhorar os cuidados e a educação infantil desde muito cedo, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;

2. Assegurar que, até 1915, todas as crianças em especial as raparigas, as crianças em circunstâncias difíceis e as que pertencem a minorias étnicas, tenham acesso a uma educação primária de boa qualidade completa, grátis e obrigatória;
3. Assegurar que haja resposta para as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos através do justo acesso a programas apropriados de competências para a aprendizagem e para a vida;
4. Conseguir até 2015 uma melhoria de 50% em níveis de literacia de adultos, especialmente para mulheres, e justo acesso à educação primária e de continuação para todos os adultos;
5. Eliminar disparidades de sexo na educação primária e secundária até 2005, e alcançar a igualdade de sexos na educação até 2015, com enfoque em assegurar o acesso e o sucesso completo e igual das raparigas a uma educação básica de boa qualidade:
6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação, e assegurar a excelência de todos eles de modo a que todos consigam resultados de aprendizagem provados e mensuráveis, especialmente na leitura e na escrita, na matemática e nas competências essenciais para a vida.

Metas do Milénio para o Desenvolvimento

Meta 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome – reduzir a metade o número de pessoas que vivem com um

dólar por dia e que sofrem de fome

Meta 2: Alcançar a educação primária universal

Meta 3: Promover a igualdade de sexos e dar oportunidades às mulheres – igual acesso à educação primária e

pós-primária para raparigas

Meta 4: Reduzir a mortalidade infantil

Meta 5: Melhorar os cuidados maternos

Meta 6: Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

Meta 7: Assegurar a sustentabilidade do ambiente – reduzir a metade aqueles que não têm acesso a água

potável

Meta 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento – mais apoio, mais perdão de dívidas, acesso a medicamentos essenciais e a boa governação.

*Referências e leituras
complementares*